

Série: FCE/UFBA. Texto para Discussão,
02/1995

**A FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:
CIENCIA E MÉTODO**

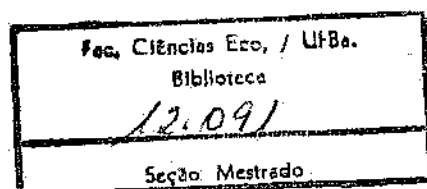
Livio Andrade Wanderley

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: CIÊNCIA E MÉTODO

Lívio Andrade Wanderley



SALVADOR - BAHIA
Abril/1995

A FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: CIÊNCIA E MÉTODO

Lívio A. Wanderley

*Prof. do Curso de Mestrado em Economia
da FCE/UFBA*

Pretende-se, neste paper, apresentar algumas considerações que fundamentem o conhecimento científico. Inicialmente tratam-se de assuntos de ampla abrangência para as ciências, pois visa-se discutir a busca do conhecer de forma objetiva, no âmbito da epistemologia da ciência, segundo correntes do pensamento filosófico. Em seguida, faz-se um breve estudo do método, com o propósito didático de situá-lo no contexto da filosofia e da metodologia de investigação científica.

1 Discussão Epistemológica da Ciência

Fundamentando o conhecimento através do debate epistemológico, faz-se necessária uma breve apresentação de alternativas do pensamento filosófico, as quais se limitarão a algumas considerações e premissas básicas das correntes *positivista, historicista e marxista*.¹

O pensamento positivista apóia-se basicamente em dois supostos: *naturalização das Ciências Sociais e neutralidade axiomática do saber*. Desta forma, apreende-se a harmonia natural da sociedade, que fica isenta de padrões normativistas e de julgamentos de juízos de valor; neste sentido, o positivismo trata do que é, era ou será, diferindo de concepções normativas, que se apóiam em sistemas de valores e posições ideológicas, culturais e políticas, e que tratam, portanto, do que deve ser. Assim, é com base nestes supostos que podemos situar os dois grandes momentos históricos desta corrente, o revolucionário e o

1 Os fundamentos dessas correntes filosóficas se baseiam em Löwy (1987).

conservador, os quais se sustentam nos mesmos conceitos positivistas, mas interpretados e utilizados em sentidos opostos.

O primeiro surgiu na segunda metade do século XVIII, referendado numa *utopia crítico-revolucionária*, representada pela burguesia antiabsolutista (Condorcet e Saint-Simon). Esta fase, fundamentada no conceito de ciência neutra, subverte a então ordem estabelecida, que se baseava nos fundamentos feudal e clerical, os quais emitiam um juízo de valor das coisas e da sociedade, segundo um obscurantismo metafísico.

O segundo, que nós acompanha até a atualidade, iniciou-se no decorrer do século XIX, definindo-se como uma *ideologia conservadora* (Augusto Comte e Émile Durkheim). Os seus fundamentos básicos envolvem a identidade entre a sociedade e a natureza, que expressa a " *homogeneidade epistemológica* " das ciências natural e social, a coisificação dos fatos sociais, e uma sociologia funcionalista, que associa a sociedade como um ser vivo, que se constitui de distintos órgãos, e cada um com uma função particular. Apoiando-se também no axioma da neutralidade, que desconsidera o condicionamento histórico-social, passando então a endossar a nova ordem estabelecida baseada na produção industrial, concebe como natural o processo de concentração de capital na sociedade.

A discussão positivista é enriquecida com a presença de Marx Weber e Karl Popper; assim, torna-se pertinente fazer uma breve referência a ambos os pensadores. A respeito de Weber, existe uma polémica quanto ao seu enquadramento nessa corrente de pensamento; segundo Löwy (1987: 36), resume-se a sua *démarche* através de um paradoxo no seio de sua própria estrutura teórica, já que combina temáticas de caráter historicista e positivista, ou seja: " *sua teoria da Wertbrziehung das questões é de tendência historicista;* sua teoria da Wert-freiheit (neutralidade

axiológica ou " sem julgamento de valor ") das respostas é de orientação positivista. " Assim, como coloca mais uma vez Löwy, a concepção de Weber envolve: " a não dedução dos valores a partir dos fatos ", pois o empirismo não se presta ao julgamento de valor, inexistindo uma verdade puramente empírica da realidade; e " a não-dedução dos fatos a partir dos valores ", partindo do princípio de que um ponto de vista de valor determina a questão da investigação, mas seus resultados são neutros. Isto mostra que não se pode deduzir logicamente um julgamento de valor a partir de um julgamento de fatos, e vice-versa.

Sobre essa questão, verifica-se que, no âmbito socio-lógico, Weber chega a reconhecer que existe uma ligação entre valores e fatos, que se dá através de dois sentidos (Löwy, 1987: 40): " 1. O conhecimento (ou ignorância) dos fatos, da verdade objetiva, pode ter uma influência poderosa sobre as opções práticas, éticas, sociais ou políticas de certos grupos ou camadas sociais. 2. Os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe, as ideologias, utopias e visões do mundo dos grupos sociais influenciam de forma decisiva — direta ou indireta, consciente ou não — o conjunto da atividade científica e cognitiva no domínio das ciências sociais. " Para Löwy, nesta questão verifica-se um insucesso de Weber, apesar de sua integridade científica indiscutível, e seu esforço de eliminar os julgamentos de valor da pesquisa; da mesma forma, dois neopositivistas contemporâneos (Talcott Parsons e Hans Albert) afirmam o caráter inacabado da teoria da ciência de Weber, necessitando-se então superá-la.

Em Popper, temos uma nova concepção positivista, que reconhece a necessidade de premissas preliminares que definam valores ou pontos de vista, sem, no entanto, vinculá-los a indivíduos, a grupos, a classes sociais, ou a configurações históricas e sócio-culturais. Apesar de Popper se recusar a fazer uma

2 Apóia-se nas relações com valores (sem um caráter universal e absoluto), que fundamentem as ciências sociais.

distinção entre as ciências natural e social, ele torna-se original no que tangê ao reconhecimento de que o indivíduo é incapaz de se liberar de suas concepções e preconceitos, fazendo assim um questionamento no interior do próprio positivismo. Neste contexto, apresenta a teoria da " *objetividade institucional* ", que neutraliza a influência de valores individuais, de grupo ou de classe, reduzindo-se a uma representação a nível de organizações, que resume-se na colocação de Popper, citado por Löwy (1987: 51): " ... poderia se dizer que o que designamos por *objetividade científica* não é um produto da *imparcialidade do sábio individual*, mas um produto do *caráter social ou público do método científico*; e a *imparcialidade do sábio individual* é, na medida em que ela existe, não a fonte, mas antes o resultado desta *objetividade social ou institucionalmente organizada*. "

Para Löwy, essa colocação trata-se de uma argumentação elegante, porém não passa de uma transposição de um problema para um nível superior (de indivíduos com as suas influências de classe para a instituição). Assim, questiona e afirma a impossibilidade das instituições de pesquisa eliminarem-se a si próprias das posições sociais e ideológicas, e aponta duas razões: a de que a instituição reflete as forças econômicas, sociais ou políticas que a controlam ou financiam; e a falta de homogeneidade no debate científico nas universidades, pois na área social não há consenso entre economistas, sociólogos, etc, como ocorre nas ciências naturais.

O pensamento historicista teve sua origem nos fins do século XVIII, como uma reação conservadora dos acontecimentos da época — iluminismo, revolução francesa, ordem burguesa, industrialismo, etc —, pois defendia o direito feudal e a atividade agrária, convergindo, assim, para um passado pré-capitalista. Segundo Löwy (1987: 64), a manifestação historicista se deu de formas múltiplas em sua expressão literária e política (Schlegel, Schleiermacher, Görnes, Adam Müller), do direito (Savigny), e da historiografia moderna (Ranke, Droysen, Sybel).

As proposições básicas do historicismo descrito por Löwy (1987: 63) são: todo fenômeno cultural, social ou político é histórico; existência de diferenças entre fatos naturais e históricos; e a história absorve não só o objeto da pesquisa, como o sujeito (o pesquisador).

A sua dimensão conservadora incorporou a idéia de que a própria história está impregnada de valores e crenças e, portanto, é ela que pode avaliar e julgar o conhecimento da realidade objetiva, sendo o historiador apenas o porta voz da história. Desta forma, o historicismo situa-se segundo uma *ordem natural das coisas* que significa o *crescimento histórico (orgânico) das instituições*, distinguindo-se do positivismo que interpreta a ordem natural através da harmonia das leis naturais e sociais.

Não obstante, uma questão foi colocada por Löwy (1987: 67): "*... se todo fenômeno social ou cultural é histórico (portanto limitado no tempo), o ponto de partida do historiador não seria ele próprio historicamente relativo?*". Assim, no fim do século XIX, apresenta-se uma dimensão relativista do historicismo (Wilhelm Dilthey e Karl Mannheim), a qual, além de relativizar os acontecimentos históricos no tempo, rompe com a visão conservadora da atividade agrícola, e reage com relação à forma de acumulação do capitalismo industrial, estando, portanto, com uma postura crítica ao capitalismo, que pode ser evidenciada na seguinte colocação de Löwy (1987: 68): "*A intelligentsia tradicional não crê mais na manutenção dos estilos de vida pré-capitalista, mas se recusa a aderir ao capitalismo industrial, que é sentido como hostil a seu ser social e cultural; o relativismo está, sem dúvida, vinculado a estes dilemas.*"

De acordo do Löwy (1987: 69), Dilthey estabeleceu uma distinção básica entre "*as ciências do espírito*" e "*as ciências da natureza*", apoiando-se nas seguintes características: a identificação do sujeito e do objeto, pois ambos fazem parte de um mesmo universo cultural e histórico; a impossibilidade de se

separar o julgamento de fato e de valor; e a separação entre as ciências social e natural, pois existe a necessidade de se compreender o significado dos fatos sociais, já que a ciência natural se restringe a uma explicação externa dos fenômenos. Apesar da importância dada em definir os limites entre as ciências sociais e naturais, o seu historicismo é desprovido de uma densidade social (as classes sociais não são consideradas), enquadrando-se o seu modelo em épocas históricas ou em culturas nacionais.

Em Mannheim, a exposição de Löwy (1987: 76) sustenta que apesar dele ter iniciado sua trajetória filosófica baseado num idealismo metafísico, verifica-se uma mudança significativa em seu modo de pensar motivada pela influência de Georg Lukács, com a sua obra *História e consciência de classe* (1923). Assim, ele introduz uma abordagem historicista relativista, com a imagem de uma sociologia histórica do conhecimento tingida de marxismo, pois, como coloca Löwy, Mannheim, em seu ensaio *Historismus* (1924), lança suas idéias iniciais sobre a "dependência situacional" de todo o conhecimento histórico, onde defende a presença da posição filosófica-histórica do sujeito observador sobre qualquer afirmação histórica, ressaltando-se que esta posição se vincula à dinâmica de classe social. Não obstante, Mannheim afasta-se do marxismo quando resgata o historicismo tradicional e endossa a visão weberiana do "princípio da carruagem", que prende-se a criticar os marxistas que desmascararam as teses de neutralidade universal de outras correntes do pensamento, pondo em evidência a parcialidade do ponto de vista de classe; porém, eles não fazem a sua autocrítica quanto à tendenciosidade da concepção ideológica (utópica), aos julgamentos de valores, e a seus condicionamentos de classe. Assim, Mannheim considera a sociologia do conhecimento superior ao marxismo, pois em Löwy (1987: 81): "... ela retira todas as máscaras, sem exceção, e mostra o caráter unilateral, perspectivista, ideológico, socialmente condicionado

de todas as formas de pensamento e de conhecimento científico-social, inclusive o marxismo. "

O pensamento marxista trata de alguns aspectos que definem uma grande amplitude analítica, pois, como expõe Löwy (1987: 95): " O marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a desmascarar as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais. " Desta forma, torna-se pertinente tratar de dois aspectos básicos: o " princípio da carruagem ", que se aplica a certas correntes do marxismo (especialmente na versão positivista), e não na essência das concepções de Marx; e a questão de (Löwy, 1987: 96), " ... como Marx concebia a contradição — ou articulação — entre ciência e ideologia no conhecimento social? ".³ Neste contexto, vejamos breves aspectos das dimensões do marxismo descrito por Löwy: positivista, historicista, racionalista, e stalinista.

A dimensão positivista (Bernstein, Kautsky, Hilferding, Plekhanov) marcou sua posição no final do século XIX e início do século XX, e visava tratar o marxismo como uma teoria " puramente científica ", isento de condicionantes sociais e ideológicos. Apesar de algumas diferenças, estes pensadores tinham em comum a influência do axioma da neutralidade e da natu-

3 Embora Marx tenha se reportado à economia política, as suas deduções metodológicas aplicam-se às ciências sociais em conjunto, evidenciando a distinção entre pensadores " clássicos " e " vulgares ". Os primeiros tinham como atributos de seus estudos o valor científico, a imparcialidade, a falta de preconceitos, a expressão da verdade segundo a sua visão social do mundo. Os segundos se caracterizaram pela sistematização de dogmas, na superficialidade e parcialidade das análises, na falta de cientificidade, e no uso da ciência aos interesses da classe dominante.

realização das leis sociais, e efetuaram uma crítica especialmente Bernstein no que designaram de caráter *partidário* e *tendencioso* da teoria de Marx. Esta crítica apóia-se no seguinte argumento (Löwy, 1987: 111): Marx "... subordina as exigências científicas à uma tendência " tornando-se então " ... prisioneiro de uma doutrina ", que seria o fim socialista, impossibilitando-o de atingir uma cientificidade objetiva. A este aspecto Kautsky endossa e defende a separação do julgamento de valor do julgamento de fato, pois para ele: " O marxismo era, portanto, concebido como uma ciência positiva, livre de julgamentos de valor; se o ideal socialista (a utopia revolucionária) aparecia em Marx, isso resultava de uma fraqueza humana desculpável, que ele próprio procuraria superar ... " (Löwy, 1987: 114). Igualmente, Hilferding ajustava-se à tese da dissociação entre fatos e valores, bem como Plekhanov, defensor do " método objetivo ", retirava do socialismo científico toda a influência normativista do " deve ser ", de " utopia ", e de todo elemento " subjetivo ". Assim, descaracteriza-se o ponto de vista de classe do marxismo, pois como Bernstein coloca (Löwy, 1987: 112): " ... a ciência é livre de toda tendência; enquanto conhecimento dos fatos não pertence a nenhum partido ou classe. " Esta pretensão possibilita a aplicação do " princípio da carruagem " de Weber.⁴

A dimensão historicista (Lukács, Korsch, Gramsci, Goldmann) caracteriza-se pela análise dialética da historicidade dos fatos sociais, e pela sua isenção da crítica de Weber (princípio da carruagem), pois reconhece de forma explícita a

4 Autores contemporâneos destes (W. Lênin e R. Luxemburg) resgatam a essência de Marx, pois introduzem uma *démarche* não-positivista, evidenciando a posição de classe da ciência marxista, pois como expõe Lênin: " em uma sociedade fundada na luta de classe, não poderia haver ciência ' imparcial ' ". Luxemburg também endossa este argumento, pois em suas análises não exclui a aplicação do materialismo histórico sobre o marxismo (" princípio da carruagem ").

posição de classe (proletariado) do marxismo. Assim, segundo Lukács, o conhecimento da sociedade integra as visões subjetiva (consciência de classe) e objetiva (situação de classe) que definem os limites deste conhecimento. Para este autor, as classes burguesa e do proletariado, estando integradas no processo de produção capitalista, são as únicas que têm condições de entender o movimento global da sociedade, assim como a tomada de consciência da classe proletária das condições objetivas da sociedade e da história é resultado da luta de classe, o que coloca o proletariado simultaneamente como sujeito e objeto de análise; diferindo-se, assim, da burguesia, que consiste num pensamento contemplativo, pois segundo Löwy (1987: 126): " ... o sujeito se acha diante de um universo de objetos sociais independentes de si próprio e inalteráveis, que ele observa — segundo o método científico-natural. " Korsch, situa-se bem próximo a Lukács, onde reafirma o caráter novo do marxismo e exprime teoricamente o movimento revolucionário do proletariado. Gramsci encara toda visão do mundo como histórica e, portanto, todas as verdades científicas não são definitivas e sim provisórias, implicando então que " ... a ciência é também uma categoria histórica e um movimento em desenvolvimento perpétuo. " (Löwy, 1987: 129). Desta forma, ele reconhece no marxismo a existência do condicionamento histórico e social designado no termo " filosofia da praxis ".⁵ Goldmann, a partir de Lukács, constituiu uma sociologia diferencial do conhecimento que tem como tese central o seguinte: " a estrutura categorial da consciência do pesquisador é um 'fato social' que se relaciona com as aspirações e interesses dos diferentes grupos sociais. " Como implicações desta tese, temos uma crítica quanto à assimilação entre as ciências natural e social feita pelo positivismo, pois

5 Este conceito não é um instrumental da classe dominante para manter a sua hegemonia sobre a classe dominada, mas sim a busca da verdade por esta classe visando adquirir consciência de sua situação social, de suas forças, e de seu fim futuro.

a Ciência Natural prende-se pela universalidade de valores e interesses comuns aos distintos grupos sociais subordinados à autoridade da natureza,⁶ e a Ciência Social prende-se pela falta de consenso que reflete as divergências de valores e os diferentes interesses de classes sociais.

A dimensão racionalista (Escola de Frankfurt) é colocada por Löwy a partir de um exame da posição desta escola em relação a Teoria Crítica e aos valores de classe. Uma posição básica desta teoria é a de seu antipositivismo, de sua oposição à ordem estabelecida, e de seu engajamento explícito a certos valores. Para tanto, aborda-se os estudos de Horkheimer, Marcuse e Adorno. Quanto a Horkheimer, temos que o argumento do "livre argumento de valor" tem a função de servir aos objetivos institucionais da sociedade industrial. Este autor, apoiando-se num argumento teórico da Razão, era adepto da tomada de consciência correta a partir do indivíduo e de pequenos grupos políticos, pois o conflito de interesses dos indivíduos na classe social impedem uma tomada de consciência autêntica de classe. Marcuse situa o marxismo como " ... a teoria concreta da práxis proletária ..." e, como Lukács, admite que o amadurecimento na definição de sua ação advém da consciência de classe. Apesar de sua influência lukacsiana, algumas convicções de Marcuse prendem-se a que (Löwy, 1987: 145): " ... a base 'ontológica' ou 'epistemológica' da Teoria Crítica não é o proletariado (como Lukács) mas a essência humana, negada e oprimida pelo capitalismo. " Adorno, recusando a teoria da objetividade institu-

6 A concepção de Goldmann encaixa no denominado " consenso axiológico ", que para Löwy (1987: 133): " ... permite às ciências como a física e a química atingir um nível de objetividade elevado e escapar aos constrangimentos e limitações das ideologias sociais. "

7 O conceito de essência humana tem uma dimensão maior (distintas forças sociais) do que a escolha de uma classe (proletariado)

cional de Popper, e considerando ingênuo o fato de se confiar nas instituições como garantia de acesso à verdade objetiva; defende como fundamento da verdadeira consciência a ordem "ética e racional", pois rejeitando a ótica positivista de Weber da apreensão do conhecimento livre do julgamento de valor, questiona sobre os valores que são necessários para atingir a verdade objetiva, os quais devem estar situados no âmbito do processo histórico, exigindo-se uma transformação social para a resolução de problemas práticos da sociedade.

A dimensão stalinista prende-se a dois aspectos que de certa forma se integram: um de ótica política, e outro no âmbito da ciência. O primeiro trata da formação na então URSS de uma camada social burocrática oriunda do proletariado, a qual, segundo Löwy (1987: 160), é destituída no sentido marxista do conceito de classe social, mas trata-se de uma " ... 'ordem social (Stand)' definida por critérios político-ideológicos, de formação análoga à ordem clerical das sociedades pré-capitalistas." Assim, o stalinismo expressa o ponto de vista e os valores da burocracia instituída, que desfigurou a essência do pensamento marxista, visando convertê-la em uma ideologia conservadora como instrumento de dominação da burocracia para se manter no poder. O segundo envolve a introdução de uma visão positivista ao inverso, pois incorreu-se numa tentativa de ideologização e politização das ciências naturais, definindo assim uma ciência classista (proletária e burguesa). Este fato é naturalmente estranho ao marxismo, tratando-se de uma inovação teórica do stalinismo, que teve em Lyssenko o seu maior expoente.⁸ Apesar

como protagonista dos valores universais. Este conceito é resgatado de Hegel, retomado por Marx, e adotado por Marcuse, que enraíza a Teoria Crítica numa essência (hegeliana) racionalmente definida.

8 O embate entre as ciências proletária e burguesa refletiu basicamente o confronto dos Estados durante a guerra fria, vinculando assim a ciência burguesa com o "Estado ou bloco de Es-

da associação de ambos aspectos (político e ciência), em 1964 esgota-se esta postura, pois segundo Löwy (1987: 165): “... a ideologização das ciências da natureza não era necessidade vital para o ‘Stand’ burocrático pós-capitalista como era para o ‘estado’ clerical pré-capitalista”.⁹

A busca da objetividade científica abrange uma discussão sobre a relação entre as ciências natural e social, os fatos e valores, o objeto e o sujeito de análise, e a (im)parcialidade científica. A sociedade pré-capitalista baseou-se num normativismo com predominância das posições ideológica, política, e de julgamento de valor, os quais estavam envolvidos no âmbito da metafísica e da cosmogonia. Isto implicou num viés da análise científica (se é que existiu) sob a influência de pontos de vista, visando a manutenção da então ordem estabelecida. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, introduziu-se o modelo científico-natural de objetividade, de cunho positivista, que se fundamentou nas teses da *homogeneidade epistemológica* das ciências (natural e social) e da *neutralidade axiológica do saber*, o que implicou na emancipação das ciências naturais dos

tados: EUA/Europa Ocidental contra a URSS. “ e a ciência proletária os Estados da esfera da URSS. Assim, a ligação entre as classes sociais e a produção científica ficou subordinada a uma “*Ciência de Estado*”. Em consequência generalizou-se este embate para outras esferas de atividade da sociedade como a da: literatura, arte, música, etc.

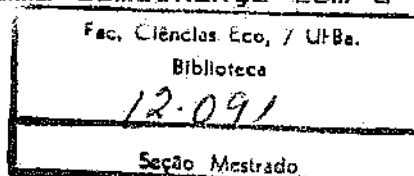
⁹ Para efeito de ilustração, vejamos a trajetória de Althusser que, como autor marxista com passagem no lyssenkismo, faz em 1965 sua autocritica, e questiona tanto esta teoria como a ligação da ciência com a luta de classe. Classificado, nesta fase, como neopositivista e neo-stalinista, defende a tese da independência da ciência social em relação à luta de classes, contudo, em 1970, liberta-se desta postura e passa a admitir o ponto de vista da classe proletária como referencial para a apreensão da objetividade científica.

condicionamentos ideológicos da ordem social anterior; bem como no afloramento do modelo científico-social de objetividade, em sua versão relativista historicista e marxista (historicista). A interpretação deste modelo requer alguns comentários sobre o *relativismo*, o qual determina que todo o conhecimento deve ser relativizado, segundo uma dada *perspectiva* de valores de uma classe social, num certo momento histórico. Com a existência de vários pontos de vista na sociedade (entre distintas classes e numa mesma classe social), e como alguns são mais favoráveis do que outros para explicar a verdade objetiva, Löwy (1987: 196) propõe a hierarquização entre os distintos pontos de vista, o que vem a caracterizar uma *sociologia diferencial do conhecimento*.¹⁰

Nessa discussão sobre as questões *científico-natural* e *científico-social*, Löwy apresenta uma terceira via de interpretação através da existência de um " *espaço cognitivo intermediário* " entre as ciências natural e social, pois embora rejeitando a hipótese da homogeneidade, não considera que haja uma divisão estanque entre estas ciências. Isto prende-se ao fato de que os interesses de classe definem a seleção do objeto da pesquisa e a aplicação de suas descobertas (caráter não-positivista), mas não afetam, no âmbito da ciência natural, a essência das descobertas científicas que caracterizam a verdade objetiva da ciência.

O cerne da discussão epistemológica das ciências, envolvida no contexto dos modelos de objetividade científica,

10 Esta questão é tratada na *sociologia do conhecimento* de Mannheim e nas *dimensões não-positivistas* do marxismo. A sociedade *pós-capitalista*, descrita no contexto do stalinismo, apoiou-se no que podemos denominar de modelo burocrático-estatal de objetividade científica, tendo uma semelhança com a sociedade *pré-capitalista*.



prende-se, portanto, à busca da verdade objetiva em sua dimensão teórica e prática, e da reflexão sobre a questão da relação entre a apreensão dos fatos a partir dos valores e vice-versa. Isto nos remete a uma discussão sobre a questão do *método de investigação científica*, o que será tratado a seguir, através das concepções filosóficas e metodológicas.

2 Estudo do Método

Efetuada uma síntese sobre a discussão das trajetórias de apreensão da objetividade científica segundo alternativas do pensamento filosófico, faz-se necessária uma reflexão sobre a questão dos métodos de investigação da pesquisa. A compreensão do *método*, que em seu sentido mais claro trata do caminho (sistema de regras, forma de investigação, etc) pelo qual se atinge um fim (a verdade objetiva), é efetuada através de uma breve apresentação sobre as abordagens do estudo do método em sua interpretação filosófica e metodológica da ciência.

Em se tratando de filosofia, que em seu sentido etimológico origina-se da palavra grega significando "amor à sapiência", vejamos uma definição que bem esclarece este termo no sentido de dirimir dúvidas sobre a idéia de que filosofar é fazer reflexão do pensamento desvinculada da realidade social, estando portanto, segundo Politzer, definida da forma a seguir, filosofia é uma (Besse & Daveing, 1954: 14): " ... concepção geral do mundo da qual se pode deduzir certa forma de conduta." O estudo da filosofia pauta-se basicamente pelo seu caráter "materiaalista e idealista".¹¹ Em seu processo evolutivo, formaram-

- 11 O *materiaalismo* define como elementos determinantes a matéria e o ser, e como derivados, a consciência e o pensamento. Esta filosofia defende a possibilidade de se conhecer e explicar o mundo e seus fenômenos. O *idealismo* parte do conceito de idéia, espírito e consciência, para determinar o mundo material, negando a possibilidade de explicar objetivamente o mundo. Como alternativa a estas formas do pensar filosófico, registra-se o

se dois métodos filosóficos de caráter universal e antagônicos — *dialético e metafísico* —, os quais são utilizados em todos os setores do conhecimento.

O método *dialético*¹² dominava a antiga filosofia, tendo como um dos representantes o pensador Heráclito, pois como é citado por Siussikálov et alii (1986: 16): " *Um mesmo elemento em nós está vivo e morto, jovem e velho, encontra-se no estado de sono e de vigília* ". Além de outros pensadores terem adotado o raciocínio dialético, temos Hegel como um dos principais formuladores deste método no âmbito da filosofia *idealista*. Marx e Engels, reconhecendo os fundamentos científicos da dialética hegeliana, retiraram a sua concepção idealista e subjetivista do mundo e introduzem uma visão objetiva baseada no caráter *materialista*.

Em termos conceituais, Prado (1959: 1 - 31) expressa bem dois distintos sentidos da dialética, que estão intimamente relacionados: de um lado, como método de pensamento, está o comportamento geral da Natureza segundo as suas características de multabilidade e instabilidade de suas feições e a sua permanente transformação, constituindo-se, então, um método científico aplicado às diferentes ciências natural e social; de outro, como um método lógico, está a forma de abordar e admitir os fatos da Natureza, o que se reduz a uma tomada de posição sobre esses fatos. Neste contexto, situam-se as leis da dialética, que incor-

argumento *dualista* de Descartes, pois afirmava que o mundo é norteado por dois princípios, o espiritual e o material, que são equivalentes e independentes entre si. Uma outra via se apresenta com a corrente *agnosticista*, que é partidária da não definição e afirmação das coisas, por acreditar na incognoscibilidade do conhecimento, prendendo-se à incessante busca da verdade.

12 Originário da etimologia da palavra grega " *dialegein* ", que significa " *discutir* ".

poram os conceitos de universalidade e reciprocidade, da transformação incessante, da mudança quantitativa e qualitativa, e da luta dos contrários.

A abordagem de Marx e Engels encerra as condições objetivas de fatos materiais e do momento sócio-político e histórico. Assim, a aplicação da *lógica dialética* na sociedade — *materialismo histórico* —, expressa, através da análise do sistema capitalista com a revelação das *identidades* de classes sociais (capitalista e trabalhadores), uma maneira de caracterizar e conceituar estas identidades, diferentemente da *lógica clássica*, que apreende as coisas de forma absoluta e fechada em si mesma; mas em função de uma posição relativa que evidencia a sua *não-identidade* ou *negação* de sua essência, através de seu contrário.

O método *metafísico*,¹³ apóia-se na posição de Parmênides, que segundo a exposição de Sioussiukáloy et alii (1986: 16): "... ensinava que o ser concebível pelo intelecto é invariável, imóvel e uno ...". Assim, este método prende-se pela imutabilidade e realização em definitivo das coisas, retirando-se qualquer relação de reciprocidade de causa e efeito. Para Aristóteles, o objeto da metafísica prende-se ao estudo do ser que se situa além da natureza física, pois enquanto esta se fundamenta no movimento, o ser do além é imutável e eterno. Assim, este método de raciocínio filosófico desconsidera a visão de processo de transformação do mundo, pois se contrapõe aos conceitos de movimento e mudança, em favor do repouso e do idêntico. Um outro aspecto envolve a separação das coisas e a negação dos contrários, como bem coloca Politzer (Besse & Caveing, 1954: 26 - 27): "Uma coisa é, 'ou bem 'isto, 'ou bem 'aquilo. Ela não pode ser, 'ao mesmo tempo 'isto e aquilo ...". Este aspecto está fundado na *lógica clássica*, que na procura da natu-

13 Palavra de origem grega, onde se interpreta meta como "além da física", e física como referência à "ciência da natureza".

reza e essência da identidade absoluta das coisas, transcende para uma explicação externa às relações dos fatos sociais e naturais.

Em se tratando de metodologia da ciência, a sua qualificação envolve o estudo de método de investigação, visando o conhecimento científico da realidade objetiva. É, portanto, através da escolha do método que as ciências adquirem a sua imagem e consistência de suas descobertas e afirmações conceituais, as quais têm uma abrangência específica de acordo com a sua especialização. Neste sentido, vários métodos científicos de investigação são mais apropriados a determinadas ciências.¹⁴ A compreensão da investigação científica envolve uma reflexão sobre a correlação da pesquisa a níveis *empírico e teórico*, e apesar de determinadas posturas exclusivistas de empiricistas e teóricos, coloca-se a questão da dependência recíproca do aparelho teórico com a experiência, pois como afirma Siussiukálov et alii (1986: 69): "*Os factos estabelecidos mediante experimentação são explicados de uma forma racional pela teoria; é também a teoria que revela as leis da sua existência e do seu desenvolvimento.*"

A pesquisa empírica prende-se ao movimento do concreto para o abstrato, baseado no método *indutivo*. A indução, tendo a observação e a experimentação como instrumentos de estudo, apreende fatos empíricos para a percepção do real particularizado, visando atingir uma visão global da investigação, situando-se, portanto, numa análise metodológica *a posteriori*. A pesquisa teórica, partindo do abstrato para o concreto, apóia-se no método *dedutivo*, que consiste numa percepção global para a apreensão das partes, sendo então uma análise *apriorística*. Am-

14 Como exemplo, temos os métodos (Siussiukálov, 1986: 69): "*... de observação e experimentação; análise e síntese; método indutivo e dedutivo; hipótese e prognóstico científico; métodos histórico e lógico; método de ascensão do abstrato ao concreto.*

bos os métodos, indução e dedução, devem ser tratados na investigação científica de forma interativa, pois resgatando o estudo de Mill (1984: 226 - 29) sobre " Sistema de lógica ", já se registrava esta associação, quando ele trata do método dedutivo que consiste em três operações que constituem a lógica da pesquisa: indução direta, raciocínio e verificação.

A indução direta é a base de tudo, e na exposição de Mill temos que, " ... embora em muitas pesquisas particulares a indução possa ser substituída por uma dedução anterior; mas as premissas dessa dedução prévia devem ter sido estabelecidas pela indução. " A segunda operação representada pelo raciocínio, prende-se na apreensão dos efeitos produzidos pela combinação das leis que regem as causas dos fenômenos captados pela indução direta. Completando a operação lógica, temos a verificação, que trata da contraprova da aplicação do método dedutivo, pois como coloca Mill: " Para que as conclusões obtidas por dedução sejam garantidas, é preciso que, cuidadosamente comparadas, estejam de acordo com os resultados da observação direta em qualquer lugar que se possa constatar-la. ". Assim, é diante destes elementos da lógica dedutiva que a mente humana atinge as condições de apreensão da realidade objetiva e científica, pois a indução e a dedução estão indissolúvelmente ligadas no processo dialético do conhecimento.

Dando continuidade ao estudo do método sob uma ótica de interpretação restrita à ciência econômica, as posições metodológicas da indução e dedução estão vinculadas a duas correntes antagônicas do pensamento desta ciência. Uma delas é a teoria econômica tradicional, representada pela escola clássica inglesa e austríaca, fundada numa visão positivista, abstrata, dedutivista e racionalista, visando apresentar a realidade como ela de fato é, tendo esta teoria uma articulação lógica da dedução de princípios e leis gerais passíveis de sua aplicação à realidade empírica. A outra corrente é a escola histórica alemã, que se fundamenta no método indutivo, na influência histórica, numa

abordagem interdisciplinar, e numa concepção normativista. O antagonismo destas duas escolas resgata, segundo Bianchi (1992: 136): " a pendência entre dedução e indução como fonte de conhecimento científico, entre o chamado método 'apriori' e o método 'aposteriori' ". É, portanto, neste contexto, que Neville Keynes critica o que chama de " falácia do método exclusivo ", e assume uma postura conciliatória em relação ao método de pesquisa, pois influenciado pelo argumento da pluralidade das causas dos fenômenos práticos de Mill (1984), defende a combinação de ambos os métodos como forma de desenvolvimento da ciência.

Efetuada essas colocações, este texto, longe da pretensão de ir a fundo na questão do método, reporta-se, através de Bianchi, à idéia do método pluralista desenvolvido por Caldwell (1984), o qual enquadra-se na seguinte exposição feita pela autora (Bianchi, 1992: 139): " As metas do estudo metodológico não consistem em traçar um caminho obrigatório ou encontrar o método infalível (fullproof). Esse método não existe, ou, mesmo que exista, nunca podemos ter certeza de tê-lo encontrado. " A referida autora lista três vantagens deste método: cria condições do aparecimento de novas teorias no âmbito do estudo interdisciplinar; estimula a crítica não dogmática, permitindo-se uma discussão interna na comunidade científica; e promove a redução das discrepâncias entre as teorias através do diálogo entre posições contrárias, levando a uma melhor fundamentação das teorias.

Diante desse quadro, resta fazer uma breve reflexão sobre a relevância deste método de investigação científica, pois em momentos de relativa estabilidade paradigmática, verificam-se determinados conflitos sobre temáticas específicas, e o debate no âmbito das ciências situa-se através de confrontos de concepções que muitas vezes estão incrustadas em posições dogmáticas, dificultando assim um consenso sobre o método pluralista. Não obstante, nos tempos de turbulências paradigmáticas, como a

que passamos na atualidade, é razoavelmente consensual a sua aceitação pela abertura ao debate isento de confrontos de posições sectárias, pois vindo à tona o esgotamento de certas teorias ou das teorias até então aceitas, propicia-se uma discussão com o objetivo de descobrir novas referências teóricas em detrimento de um embate direto.

Nesse contexto, verificarse a importância para a questão do método de investigação científica, o aprofundamento no pensar a ciência no mundo contemporâneo sob a abordagem metodológica pluralista, bem como a relevância do referendo dos métodos no âmbito da filosofia.

3 Considerações Finais

O propósito deste texto foi o de refletir sobre a questão da busca do conhecer a verdade objetiva da realidade, cientificamente determinada. Assim, caracterizou-se pela sistematização do fundamento do conhecimento científico, através de uma discussão epistemológica e de um estudo do método de investigação científica.

No âmbito da epistemologia da ciência, apresentou alguns aspectos básicos de alternativas do pensar filosófico, através das correntes positivista, historicista e marxista, as quais foram escritas através de uma resenha do livro de Löwy (1987). Foi, portanto, exposta a discussão dos modelos científico-natural e científico-social de objetividade, os quais evidenciam o debate e o embate entre pensamentos filosóficos.

Quanto à questão do método, o texto visou situar a sua compreensão filosófica e metodológica, que definem as formas de interpretação dos caminhos para atingir a verdade objetiva. Para tanto, na ótica filosófica, apresentou-se o seu caráter materialista e espiritualista, bem como algumas considerações sobre o método dialético e metafísico; e no âmbito da metodologia da ciência, centrou-se em alguns aspectos sobre a discussão teó-

rica e empírica da pesquisa, segundo os métodos de investigação *dedutivo* e *indutivo*, remetendo o leitor a pensar o método *pluralista*.

Diante da própria dimensão e densidade da temática, o texto meramente se colocou com o objetivo de criar condições para um maior aprofundamento das questões tratadas, bem como estimular uma discussão no âmbito da academia.

BIBLIOGRAFIA

- BESSE, Guy & CAVEING, Maurice (1954). Politzer. Princípios fundamentais de filosofia. São Paulo, Hermus Editora, 1954, 396p.
- BIANCHI, Ana M. (1992). Muito métodos é o método: a respeito do pluralismo. Revista de Economia Política, São Paulo, 12(2): 136-42, abr./jun., 1992.
- CALDWELL, Bruce (1984). Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century. Londres: G. Allen & Unwin, 1984
- KEYNES, John Neville (1917) The Scope and Method of Political Economy. New York: Kelley & Millman, 1917.
- LOWY, Michael (1987). As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo, Busca Vida, 1987. 210p.
- MILL, John Stuart (1984). Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos. São Paulo, Abril Cultural, Os Pensadores, 1984. 319p.
- PRADO, Caio Jr. (1959). Notas introdutórias à lógica dialética. São Paulo, Brasiliense, 1959. 254p.
- SIUSSUKALOV et alii (1986). Fundamentos metodológicos e métodos do estudo da filosofia. Moscovo, Edições Progresso, 1986. 155p.

Reitor

Luiz Felipe Perret Serpa

Diretor

Paulo Rebouças Brandão

Série : FCE/UFBA. Texto para Discussão, 02/1995

Permitida a reprodução, em parte, desde que citada a fonte.

Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA
Programa de Publicações
Praça da Piedade, 6 - Centro, CEP: 40.070 - 010 - SALVADOR - BA.